

Ecologias antirracistas na Bahia: retratos da luta Pataxó contra o ecocídio e o genocídio

Anti-racist ecologies in Bahia: portraits of the Pataxó struggle Against ecocide and genocide

Arissana Braz Bomfim de Souza¹

Felipe Milanez¹

DOI: 10.20435/tellus.v23i50.923

Resumo: Este artigo discute a luta pela memória do povo Pataxó e a dimensão do racismo e do Colonialismo sobre a vida e o território-vida no sul da Bahia através do trabalho artístico de Arissana Pataxó. Em coautoria da artista com colega pesquisador em projeto de pesquisa sobre culturas de antirracismo, discutimos a dimensão do racismo e da colonialidade sobre a vida-território indígena. Através da pesquisa sobre lideranças de seu povo para a elaboração de retratos em desenhos e pinturas, o trabalho de Arissana Pataxó reconstrói uma história apagada de resistência à espoliação e ao genocídio após o massacre conhecido como o Fogo de 51.

Palavras-chave: Povo Pataxó; arte; ecologia política; memória; racismo ambiental.

Abstract: This paper discusses the struggle for the memory of the Pataxó people and the dimension of racism and colonialism over the life and the territory-life in southern Bahia through the artwork of Arissana Pataxó. Co-authored by the artist and a fellow researcher in a research project on cultures of anti-racism, we discuss the dimension of racism and coloniality on indigenous life-territory. Through a research about the leaders of her people for the elaboration of drawings and paintings of portraits, Arissana Pataxó's artwork reconstructs an erased history of resistance to dispossession and genocide after the massacre known as the Fire of '51.

Keywords: Pataxó people; art; political ecology; memory; environmental racism.

¹ Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Entre diferentes aspectos, há uma relação direta entre a luta pela memória do povo Pataxó e o enfrentamento ao racismo e o colonialismo sobre a vida e o território-vida no sul da Bahia. Neste artigo, através das artes visuais, mais especificamente, através de uma série de retratos de lideranças do povo Pataxó, discutimos a dimensão do racismo/colonialismo sobre a vida-território indígena pelo trabalho de memória desenvolvido pela artista e educadora Arissana Pataxó. Utilizamos como marco temporal da instauração da violência o massacre conhecido como Fogo de 1951, no qual o povo Pataxó foi vítima de um genocídio do estado brasileiro para a expulsão de seu território e a implantação de um parque nacional celebrando a invasão e o colonialismo e que, em paralelo, contribuiu para o ecocídio da Mata Atlântica, conhecido na literatura da ecologia política como o nexos conservação-desenvolvimento (BÜSCHER; DIETZ, 2005). A espoliação do território de vida ocorreu para dar lugar a uma forma hegemônica de conservação, ao mesmo tempo acompanhada de uma reorganização territorial ampla na região destinada a exploração econômica predatória dos recursos naturais, com a destinação da costa para indústria turística e as áreas de floresta nativa para a ocupação de plantações de eucalipto. A luta histórica do povo Pataxó pela terra, pela floresta, pelo *hãhãw*, isto é, o território, é analisada, nesse contexto, como uma luta anticolonial, por insurgir-se contra a colonialidade, a colonização e o colonialismo do território; é uma luta antirracista, por contestar o apagamento de sua presença e existência, pelo processo social de desumanização; e é uma luta profundamente ecológica, por ser travada em uma aliança junto da natureza, pelo convívio com outras espécies não humanas que compõem o ecossistema de vida Pataxó. Em uma dupla dimensão da violência, o episódio que atinge a vida do povo Pataxó, também atinge o ecossistema da Mata Atlântica do sul da Bahia. Ao mesmo tempo em que a luta do povo Pataxó pela terra é, também, a luta pela preservação do ecossistema ocupado de maneira tradicional pelos Pataxó. E essa luta é retratada, pela artista e educadora Arissana Pataxó, na construção de retratos de lideranças insurgentes.

No sul da Bahia, nordeste do Brasil, justamente na região onde desembarcaram os primeiros colonizadores portugueses, isto é, onde aconteceu o “descobrimento” como mito de fundação do Brasil após ser avistado o “Monte

Pascoal”, um conflito ecológico por um território de mata Atlântica opõe o povo indígena Pataxó e o Estado brasileiro diante dois parques nacionais criados sobre os locais de vida deste povo. Inclusive os nomes dos parques fazem referência direta ao processo de “conquista” e colonização: Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal primeiro monte avistado pela nau de Cabral, e o Parque Nacional do Descobrimento.

Nestes lugares, os indígenas reivindicam a ampliação, o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas Barra Velha e Comexatibá. Sofrem, nas últimas décadas, desde que os parques nacionais foram criados sobre seus territórios tradicionais, expulsões e perseguições pelo Estado brasileiro associado aos interesses econômicos extrativistas, que vão desde o turismo predatório, a fazendas de pecuária e, principalmente, o plantio de eucalipto.

Dessa forma, no entorno das áreas reivindicadas pelos Pataxó, por outro lado, o Estado reconheceu e autorizou um dos maiores latifúndios do mundo, que é a gigantesca plantação de eucalipto, ao mesmo tempo em que autoriza a construção de mega resorts nas praias do território Pataxó. Esta contradição da ação do Estado frente ao território originário é colocada entre a proposta preservacionista, da implantação de um parque que visa a conservação da natureza, mas que é também parte de um projeto de desenvolvimento: um nexos que está relacionado ao discurso hegemônico da preservação, onde a natureza é vista como um elemento externo da humanidade e deve ser tutelado, preservado e explorado (BARCA; MILANEZ, 2021). Ou seja, uma lógica de dominação da natureza e acumulação. Nesse sentido, a espoliação de um povo originário do território, o qual é nomeado em homenagem a invasão europeia (isto é, o tal do "descobrimento"), é justificada a partir de argumentos ecológicos estruturados pela matriz colonial de poder: o da selvagerização dos povos originários, de que os indígenas destroem os recursos naturais, que teriam modos de vida predatórios, povo bárbaro, sem razão, com uso supostamente indiscriminado da madeira e da caça causaria “impacto na vida silvestre”, etc.

Em suma, os indígenas, que são os habitantes originários, seriam os “invasores” destes territórios da “natureza” que deve ser protegido pelos brancos num padrão eurocêntrico de relação com a “natureza”. O contrário, reconhecer a tradicionalidade da ocupação e da relação ancestral com a natureza, é tido como

um erro, na perspectiva desse ideal racista de conservação: "Tira territórios de áreas protegidas para entregar aos índios" (PÁDUA, 2005, s.p.).

Diante do parque nacional e a ideologia conservacionista colonialista, a narrativa racista reinventa a história e coloca os indígenas na posição de "invasores". Esse artigo, escrito por bióloga colunista de influente mídia conservacionista, não representa apenas uma opinião individual, mas traz consigo uma visão de mundo da conservação hegemônica, colonialista e racista. Expressa, nestes termos, o nexos conservação-desenvolvimento, que compartilham uma mesma perspectiva de mundo e se materializam com a espoliação do povo Pataxó. Essa ideologia visa apagar o histórico da violência contra os povos originários, e atribuir às vítimas a culpa pela devastação da natureza: "O Parque Nacional de Monte Pascoal, na Bahia, já era. Os índios ficaram com tudo, destruíram a natureza e já não têm nem sua cultura original para defender" (PÁDUA, 2005, s.p.). Nessa narrativa racista, atribui-se aos povos originários a destruição, e aos colonizadores a salvação da natureza: "se os índios tivessem conservado a natureza como estava em 1961, tudo estaria muito bem." (PÁDUA, 2005, s.p.) Inclusive o "roubo" das terras dos colonizadores pelos habitantes originários. Para que tudo estivesse bem em 1961, seria necessário apagar a violência contra os Pataxó que aconteceu exatamente dez anos antes.

Para o povo Pataxó, demarcar o território é visto como uma reparação histórica, um cumprimento da Constituição Federal e de um projeto de país diverso e, nesse sentido, uma luta antirracista e anticolonialista. Reocupar o território tradicional é uma reconquista do povo Pataxó do lugar de vida. Possui uma dimensão existencial mais ampla do que o mero acesso a uma terra.

Ao contrário do argumento conservacionista-desenvolvimentista de que os Pataxó seriam responsáveis pela destruição ambiental, portanto do ecocídio, um trabalho de pesquisa de mestrado conduzido por Arissana Pataxó sobre os adereços e artesanatos reflete um manejo muito mais cuidadoso e consciente. Escreve a artista que:

Os Pataxó sempre usufruíram da extração de vegetais para a produção de diversos objetos, tanto para uso pessoal quanto doméstico, fruto da transmissão de saberes dos mais velhos aos mais jovens. Daí que os adereços Pataxó, ainda nos dias atuais, sejam, em sua maioria, confeccionados a partir da extração de matérias-primas naturais. (SOUZA, 2013, p. 23).

É o oposto de acusar os Pataxó da responsabilidade pela produção de escassez: é justamente a exploração predatória do capitalismo, das fazendas e da plantação de eucalipto associadas ao conservacionismo dos parques, que reduziu as matérias-primas utilizadas pelos Pataxó, implicando inclusive na extinção de espécies tradicionalmente manejadas pelos Pataxó. Se os Pataxó foram vítimas de um massacre que hoje pode ser considerado um genocídio do Fogo de 51, o território tradicional dos Pataxó também foi vítima do ecocídio da superexploração que sucedeu à expulsão dos indígenas.

Diante dessa luta/luto, expressão utilizada pela artista para descrever a condição indígena em sua obra *Refúgio*², onde a condição de luta permanente, acompanhada do luto, mobilizar as futuras gerações para a consciência dessa condição é uma das razões que levou Arissana Pataxó a realizar uma série de retratos de seus parentes e familiares que lutaram – e morreram lutando – pela defesa e reconquista desse território. Inicialmente para integrar um livro sobre a história do povo Pataxó, os retratos realizados em 2006 mostram rostos de luta, da memória de um povo que recusa o apagamento de sua história pelo processo colonial. Através do trabalho artístico de Arissana Pataxó, este artigo, discute a memória e a ecologia antirracista entre os Pataxó na Bahia. O gênero do retrato nas artes visuais é tradicionalmente associado ao poder, ao patriarcado, a hierarquização da sociedade e dominação. O trabalho de retratar as lideranças do povo Pataxó subverte essa arma do colonialismo através de uma armadilha das artes indígenas contemporâneas (ESBELL, 2020)

2 ECOLOGIAS ANTIRRACISTAS E A DIMENSÃO ANTICOLONIAL DA LUTA INDÍGENA

O racismo contra as populações indígenas no Brasil é invisibilizado, o que não significa sua inexistência ou insignificância, mas justamente que naturaliza sua expressão nas instituições, invisibilizando a própria existência indígena. E é justamente contra essa naturalização que a emergente arte indígena, em movimento que reúne artistas, escritores, cineastas e músicos indígenas, apontam em obras que denunciam a violência e a opressão, “ao mesmo tempo em que buscam

² Obra disponível para ser vista na exposição Um Outro Céu: <https://umoutroceu.ufba.br/exposicao/arissana-pataxo/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

tornar visível a indigeneidade em suas múltiplas culturas, línguas e formas de se relacionar com o mundo não indígena”, (SÁ; MILANEZ, 2022, p. 168).

“Índio é terra, não dá para separar!” é uma expressão de uso frequente do movimento indígena em manifestações de luta pelo território. Terra representa a dimensão territorial da vida indígena: floresta, rios, encantados, memórias... Um conjunto que Ailton Krenak define como ecologia: “Ecologia, para quem vive na floresta, é a floresta viva, respirando e inspirando; é o complexo que dá suporte à cultura e à vida material.” (KRENAK; MILANEZ, 2019).

A separação desse conjunto por uma erupção externa – de um regime instaurado e mantido pela violência (FANON, 2006) – separa gente, lugar e jeito de estar, como uma dimensão estrutural do colonialismo.

Ecologia pressupõe gente e presença, envolve coletivos, e é política pela resistência à separação que funda o capitalismo/colonialismo, que desmembra o humano da relação com o lugar como suporte da vida, que constrói a individualização e rompe o coletivo. (KRENAK; MILANEZ, 2019)

A violência do colonialismo é uma violência instauradora, inicial, que separa o complexo ecológico da vida, que corta o comum, e dessa maneira atinge o lugar e constrói o não-lugar: é justamente de onde surge a ideia de uma natureza separada da vida humana. A produção de uma ecologia em desequilíbrio. Separados, gente e natureza tornam-se objeto de exploração. São as condições do *extrativismo*, segundo Ramon Grosfoguel (2016), isto é, a dimensão do extrativismo epistêmico e do extrativismo ontológico como condições para que o extrativismo econômico seja implantado. Desmembrar as formas de ser e de estar no mundo que compõe o quadro do “conjunto” ecológico no pensamento de Krenak.

Estas condições para o extrativismo coisificam e destroem a subjetividade nas relações de poder. O lugar torna-se “um *lugar do outro* e um *não-lugar do saque*”. O Outro, tal como mostrou Aníbal Quijano, que emerge com a invenção do “índio” e a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados pela ideia de raça (QUIJANO, 2005). Raça como fundamento da separação dos povos originários de seus lugares de vida, ainda que o racismo no Brasil contra os povos indígenas tenha sido por tanto tempo negado (MILANEZ *et al.*, 2019).

Raça e racismo sempre estiveram associados ao controle de terra, ao menos desde as Sesmarias e a Lei de Terras de 1850 _ lembramos o “cativeiro da terra”,

conceito estabelecido pelo sociólogo José de Souza Martins (2010) para se referir ao aprisionamento da terra pelos latifundiários, antes da abolição da escravatura. Racismo também é a ideologia que estrutura a dinâmica fundiária entre espaços que devem ser preservados, dos espaços que devem ser explorados, e que reflete na criação de parques coloniais dentro de territórios indígenas. Por esta narrativa de desenvolvimento-conservação, os “índios” são como “invasores”, os “índios ficaram com tudo” e “os índios” são aqueles que “destruíram a natureza”, como expresso acima na visão biologizante conservacionista.

Nesse sentido, a conservação hegemônica destina a natureza separada da existência, da qual é interdependente, para a “preservação” (BARCA; MILANEZ, 2021). Ao mesmo tempo em que abre espaço territorial para projetos de desenvolvimento extrativista dos recursos naturais. E contra esta se contrapõe o povo Pataxó na Bahia em defesa de seu lugar de vida.

A emancipação da vida coletiva também pressupõe a emancipação da terra em seu conjunto de vida para além da linha colonial que separa natureza da sociedade, ou outros binarismos instaurados pelo eurocentrismo. Ecologia como o comum, em oposição, é um movimento contra-colonial (SANTOS, 2015) e anti-extrativista (MILANEZ, 2021). Tal como definimos também por uma ecologia antirracista: uma ecologia de vida que se insurge contra a dimensão territorial do racismo.

Perder uma guerra não é o mesmo que deixar-se dominar, pois as resistências podem reemergir em diferentes dimensões. As resistências indígenas contra a conquista surgem em novas formas, expressões criativas, tais como através da arte, para enfrentar mudanças de estratégias das guerras por expansão territorial no neoliberalismo (MILANEZ, 2021).

3 O FOGO DE 51 E A LUTA PATAXÓ

A luta do povo Pataxó pela permanência no território tem início com a chegada dos primeiros europeus em suas terras e com a violência instauradora do colonialismo separando os indígenas de seu lugar de vida, ou seja, da natureza e do controle de seus corpos. É uma longa história de violência, mas cuja dimensão mais intensa presente na memória começa na década de 1940, permeia todo o século XX como uma luta contínua, perene, e ininterrupta que é transmitida de

geração a geração, até hoje. Luto e luta, como a artista Arissana Pataxó expressa na obra *Refúgio*.

A vida do povo Pataxó sempre foi de muita luta para sobreviver em meio à expansão agrícola da sociedade regional, à invasão de seu território e à violência. Mas, ainda assim, do início do século XX até a década de quarenta, o povo ficou por um tempo “sossegado”, isolado de qualquer relação de caráter governamental, vivendo da caça, pesca, da extração de vegetais, produção de objetos e da agricultura de subsistência em uma extensa área verde de mata atlântica no entorno do Monte Pascoal, que se estendia até a praia onde ficava a sede do território, a Aldeia Barra Velha (SOUZA, 2012).

O sossego, no último refúgio, que restara de um longo processo de perda territorial, é ameaçado com uma ordem governamental de não mais usufruírem, nem morar em um território ancestral. Uma ordem que causou desordem no modo de vida do povo Pataxó, desde a década 40, quando recebem a visita de alguns homens, liderados por um indivíduo chamado Dr. Barros que viera fazer uma demarcação no território do Monte Pascoal e convocou os Pataxó para ajudarem a mapear os limites do território. Até esse momento, os Pataxó manejavam toda a área de Mata Atlântica de todo entorno do Monte Pascoal. Com profundo conhecimento do ecossistema, interagem, manejavam e usufruíam para sobrevivência coletando matéria-prima, frutos e fazendo roça. Os Pataxó realizavam ainda, desde o século XIX, trocas comerciais com as cidades próximas ao território, como descreve (WIED-NEUWIED, 1989).

Entrevistas realizadas por Arissana Braz durante a pesquisa de campo do mestrado em 2011 com seu Luiz Ferreira e Antônio Braz, moradores de Barra Velha, informam que a chegada da equipe de delimitação do parque na Aldeia Barra Velha deixou a todos desconfiados. Afinal, pensaram, para quê era necessário informar os limites do território Pataxó e marcá-los? Esta era uma pergunta que não era respondida com clareza por aquela equipe. “O Dr. Barros, como era chamado, dizia não saber para quem aquela demarcação seria efetuada, mas que, futuramente, todos iriam ficar sabendo” (SOUZA, 2012, p. 26). O refúgio da área de Mata Atlântica dos Pataxó no extremo Sul Bahia foi abalado. Precisamente foi em 1943 que governo federal enviou a equipe para começar o levantamento topográfico, um modo oficial para invadir o território tradicionalmente ocupado e cuidado pelos Pataxó.

O Diário Oficial do Estado da Bahia de 19 de abril de 1943 publica o Decreto-Lei nº12.729 que cria o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), com prerrogativa de monumento nacional, com os objetivos precípuos de rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo. (CARVALHO, 2009, p. 2).

Através de entrevistas realizadas com sobreviventes, é possível afirmar que a comissão liderada pelo Dr. Barros sabia, efetivamente, da finalidade da demarcação. Provavelmente omitiu para não gerar conflito com os Pataxó e ter apoio da mão de obra da comunidade no processo demarcatório. Assim, recordam os Pataxó sobreviventes que suas respostas eram “bonitas”, como alguém que estivesse apenas cumprindo ordens. Antônio Braz, que na época tinha por volta de 15 anos de idade, disse em entrevista a Arissana Braz que o discurso era:

[...] ói eu eu vim medir essas terras daqui do Monte Pascoá ..., mas eu vim medir porque eu vim mandado, mas vou fazer porque é de obrigação eu fazer, mas ninguém sabia que aqui tinha índio (...) mas agora nós tamo creditando que tem índio e a terra é dos índio mermo, mas nós já viemo fazer, então nós vamomidir. Mas cês tem direito, seus direito, o direito das terra é seus que é de índio. Isso ele falava pra nós. (Antônio Braz em entrevista concedida a Arissana Braz Bomfim de Souza [SOUZA, 2012, p. 27]).

O que conta os mais velhos Pataxó é que, somente depois de seis meses de trabalhos, a equipe informou que seria criado um Parque Florestal para preservação ambiental, e que desfrutar do território como antes não poderiam fazer suas roças, não poderiam mais fazer qualquer tipo de extração da mata, “pois todo mundo seria retirado do parque” (OLIVEIRA, 1985, p.14 apud SOUZA, 2012). Foram separados de seu território por linha colonizadora da delimitação do parque, e com uma justificativa do conservacionismo hegemônico fundamentada no racismo e no colonialismo.

Foi a partir da visita da comitiva liderada pelo Dr. Barros, que dizia estar apenas cumprindo ordens, que a vida dos Pataxó nunca mais foi a mesma. Anos depois, diante das ameaças sofridas com a criação do parque nacional, em 1943, Honório Borges, um velho Pataxó com mais de oitenta anos, empreende, em 1949, juntamente com outros parentes, uma viagem ao Rio de Janeiro, em busca de uma solução para o problema. Segundo Carvalho (2009, p. 511), Honório viajou nas companhias de Manuel Caetitu e Leôncio

para o Rio de Janeiro e de lá alguém os teria levado até Niterói, onde teriam feito um pedido ao SPI de não deixarem suas terras serem invadidas, além de pedirem também ferramentas e roupas. Assim começaram as primeiras viagens de Honório, só interrompidas quando recebeu a promessa de que viriam resolver o problema do território. (SOUZA, 2012, p. 27).

A criação do parque desencadeou a expulsão de muitas famílias que viviam dentro da área, medida acompanhada da proibição de atividades e coletas na mata que afetaram a subsistência da comunidade a ponto de, sem autonomia, terem que recorrer ao Serviço de Proteção ao Índio. Foram diversas viagens em busca de apoio até receberem na Aldeia Barra Velha duas pessoas que diziam representar e serem enviadas pelo governo, um apresentou-se como tenente, o outro engenheiro.

A memória da dor narra, através dos relatos nas entrevistas realizadas por Arissana Braz, a chegada já violenta dos dois homens, que após uma reunião com os chefes de família Pataxó, mandaram os indígenas abaterem o gado de vizinhos para a alimentação do pessoal que iria realizar a delimitação do parque. Sob as ordens dos dois homens, foram até o comércio de Teodomiro Rodrigues, em Corumbau, e assim que chegaram, os dois homens anunciaram um assalto, ferindo e amarrando Teodomiro, obrigando os Pataxó a cortar a linha telegráfica e a recolher toda mercadoria e levar para a aldeia. Neste momento, os Pataxó perceberam que haviam sido enganados, aquela ação não era nada certa, no entanto, já estavam sob controle dos dois homens que prontamente ordenou que ninguém fugisse, mas que permanecessem na igreja junto com a mercadoria. Algumas famílias fugiram para a mata, principalmente mulheres com seus filhos. Seu Sebastião, que tinha cerca de dez anos na época, contou que sua mãe percebeu que a situação não ia ficar boa e logo fugiu com as crianças. Seu pai, teve que permanecer em Barra Velha até a hora que a polícia invadiu a aldeia. Narrou Sebastião à Arissana Braz:

[...] Aí meu pai disse que pontou uma luz lá po lado de Caraíva, aí o povo avoroçou tudo: - Uai! Uai! (...) Pouco viu pau quebrar, bala de lá pra cá, a polícia, aí os que desse pra correr ia correndo, aí diz que muito polícia mermo entrou atirando e deixou os índio por tudo que foi canto. Daí onde nós tava só via os tiro, tava a minha família toda, disgramemo mata a dento. (...) Sei que foi sofrimento, sofrimento mermo, chuva, muita chuva. Arquelas lagoa tava tudo cheia d'água. (Seu Sebastião, em entrevista concedida a Arissana Braz Bomfim de Souza [SOUZA, 2012, p. 28]).

Os policiais de Prado e Porto Seguro invadiram a aldeia atirando e na sequência, queimaram todas as casas e roças. "Vários homens e mulheres foram presos e levados amarrados para Caraíva, sendo abusados de todas as maneiras" (SOUZA, 2012, p. 28). Os que conseguiram fugir não tiveram outra alternativa senão esconder-se nas matas. A floresta acolheu os Pataxó, garantindo segurança, alimento e refúgio.

A repressão atingiu a todos os Pataxó, mesmo os que moravam em outras áreas mais distantes de Barra Velha, pois a ação policial era prender todos indígenas. Seu Edivaldo, que atualmente mora na Aldeia Pé do Monte, contou que sua família que morava no Craveiro na época, também se esconderam na mata. E quando resolveram sair:

[...] encontraro um camarada, um tal de Antôin Rocha que morava lá perto, vizim lá da gente. Aí deu voz de prisão pra eis[eles]. Eis[eles] foru [foram] até a Barra do Cahy, até lá no Odaldo [irmão de Teodomiro], chegando lá o Odaldo disse:- Rapaz pra quê que cê trouxe esses camarada pra cá? Esses daí é meu rapaz! Esses aí num tava lá nessa briga lá não, pode soltar eis[eles] que eis[eles] vão embora pra casa deles. Aí soltaro, mas o camarada sozim deu voz de prisão e levou eles na frente, tudo até a barra do Cahy de lá eis [eles] voltaro de novo, no mesmo dia. (Seu Edivaldo, em entrevista concedida a Arissana Braz Bomfim de Souza [SOUZA, 2012, p. 29]).

Essa tragédia, conhecida como "Fogo de 51", destruiu a aldeia Barra Velha, restando apenas casas queimadas e a dispersão do povo Pataxó pelas fazendas vizinhas. Além de estupros de mulheres, prisão ilegal de homens nas cidades vizinhas, a comunidade Pataxó foi acometida por violências físicas e psíquicas, que hoje pode ser interpretado como crime de genocídio que segue impune. O crime de genocídio, conforme o artigo 6º do Estatuto de Roma (BRASIL, 2002), tipifica as práticas de "b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo; c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial; d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo." Relatos e testemunhos informam também a prática de crimes contra a humanidade, tais como a transferência forçada da população, prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, desaparecimento forçado de pessoas (BRASIL, 2002).

Há diversas referências ao episódio do Fogo de 51 em Oliveira (1985), Carvalho (1977), Cunha (2010) e Silva (2010). Sobre registros de mortes pouco se sabe, pois, esse massacre feriu a dignidade do povo Pataxó que mesmo depois de décadas, muitos mais velhos sobreviventes resistiam em contar para os mais jovens por conta da tristeza e dor que a lembrança lhes traziam.

Resultou na morte dos dois “ladroes” e dos dois índios que os acompanharam, além da morte de alguns mais velhos que não resistiram ao sofrimento. Seu Pedro, da Aldeia Boca da Mata, afirmou que seu avô morreu quatro dias após o episódio. O Fogo de 51 acarretou a concentração de um número maior de famílias em outros lugares, formando novas aldeias. (SOUZA, 2012).

A história do Fogo, embora faça parte de uma memória coletiva da luta Pataxó, traz a individualidade de cada sobrevivente. "Cada pessoa conta como passou por aquele período e quais foram as cicatrizes e marcas que ficaram, para sempre, em suas vidas" (SOUZA, 2012, p. 30). Em entrevista com os mais velhos, Arissana Braz relata dores e tristeza. São histórias de dor, mas também de resistência e de superação diante do desespero que seguiu ao massacre, como narra Dona Tereza, moradora atualmente da aldeia Trevo do Parque.

Ela narra que, na fuga, seus pais achavam que seria mais seguro entregá-la a outra família, pois só assim teria a oportunidade de sobreviver. Foi criada por uma família não-índigena, no município do Prado, dos cinco aos doze anos, quando retorna à Aldeia Barra Velha ao descobrir sua verdadeira identidade: ela era Pataxó e tinha uma família. (SOUZA, 2012, p. 40).

Nessa fuga, o conhecimento que detinha do território serviu para garantir refúgios e sobrevivências. Mas com a aldeia destruída, muitas famílias, vagavam de fazenda em fazenda trabalhando a troca de comida e moradia por dias, meses e até anos. "Perambulava por roças, fazendas, povoados e também pelas cidades da região, tais como Alcobaça, Caravelas, Prado e Itamaraju" (SOUZA, 2012, p. 30). Havia temor de retornar ao local de onde foram vítimas de violências extremas. Passada uma década, muitas famílias já haviam retornado à aldeia Barra Velha, mas a guerra com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão antecessor do IBAMA e do ICMBIO, não cessaram. O IBAMA queria proteger o território e os Pataxó queriam sobreviver no seu Hãhãw como antes. No entanto, viver em seu próprio território torna-se uma luta diária, tendo em vista as perseguições constantes dos guardas florestais que impediam as famílias de fazer

roça e de extrair qualquer matéria-prima na mata. Assim, uma geração Pataxó cresceu com a escassez de alimentos por muitas décadas desde que essa terra foi intitulada *Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal*.

O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal foi criado efetivamente em 1961, no mesmo ano em que foi criado o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso. O parque, resumido na linguagem cotidiana da comunidade como “Parque Monte Pascoal”, tem origem na implantação no Brasil da ideologia conservacionista hegemônica internacional, surgida na expansão dos Estados Unidos para o Oeste, na qual certas áreas eram tidas como naturais e destinavam-se à preservação, enquanto outras teriam o futuro ceifado para serem ocupadas pela colonização. Todo o contexto era da guerra contra os povos indígenas, da civilização contra a barbárie. Os modos de vida indígenas em conjunto com a natureza não tinham espaço nessa organização territorial colonial.

Na década de 1970, um posto da FUNAI foi instalado na Aldeia Barra Velha e iniciou-se um diálogo entre a comunidade e o IBDF que permitiu o plantio de roças na capoeira e em 1980 “uma pequena área de 8.627 hectares” foi demarcada” (SAMPAIO, 2000 apud SOUZA, 2012).

Atualmente o povo Pataxó vive distribuídos em mais de cinquenta aldeias no extremo sul da Bahia, sendo áreas pertencentes aos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado. Outras aldeias Pataxó também há no estado de Minas Gerais, resultado de famílias que se deslocaram para lá no final do século XX.

4 PESSOAS-TERRA E SUJEITOS COLETIVOS

Os povos indígenas têm uma larga produção intelectual crítica frente à superexploração da natureza pelo colonialismo, e essa dimensão epistemológica também se expressa, de forma marcante, pelas imagens e manifestações estéticas. Silvia Rivera Cusicanqui (2010) analisa o que denomina como “sociologia da imagem”, definido como um método decolonial de análise da expressão gráfica e estética do pensamento indígena. Nessa interpretação das imagens e desenhos, Cusicanqui reflete sobre ideias sobre a sociedade indígena, valores, conceitos de tempo-espaço, e “sobre os significados da hecatombe que foi a colonização e a subordinação maciça da população andina e do território à coroa”, ao tratar

especificamente da obra do artista Waman Puma, do século XVII (p. 22). A arte indígena em Waman Puma, para Cusicanqui, reflete expressões de pensamento que revelam uma trama “alternativa e subversiva” de saberes e práticas capazes de restaurar o mundo (p. 33). Esses pressupostos interpretativos oferecidos por Cusicanqui, a nosso modo de ver, pode contribuir para analisar também o movimento de arte indígena contemporânea, da qual Arissana Braz, co-autora deste artigo, é uma das grandes expoentes.

Ailton Krenak chama de sujeitos coletivos aquelas pessoas que são, também as coletividades, as memórias. As biografias estão no ambiente, e projetam sentido na vida de todos. São também o que ele chama de “lugar da oralidade”: “onde o saber, o conhecimento, seu veículo é a transmissão de pessoa para pessoa.” Essa experiência compartilhada com o coletivo a que pertence, integra o sentido da vida e constitui um “sujeito coletivo” (KRENAK, 2018).

As memórias desse sujeito coletivo a quem Ailton Krenak se refere é a memória ancestral que move o presente. A mobilização das lutas contemporâneas que acontecem a partir da memória da ancestralidade, reforça a importância de conhecermos ou de compartilharmos memórias dos mais velhos que viveram tempos difíceis e que lutaram para a garantia de uma vida coletiva, como um povo. Essas memórias, nessa série de desenhos realizados por Arissana Pataxó, ecoam como imagens, como retratos de um passado de luta que nos cobra também um lugar na luta.

Na constituição da história e memória do povo Pataxó, há muitas lideranças que ajudaram e se empenharam na luta para manter a vida coletiva do povo Pataxó. Cada um contribuiu à sua maneira, dentro de situações e momentos específicos. Mas, de uma maneira geral, todas essas lideranças lutaram e contribuíram com sua luta em defesa do povo. São muitos guerreiros envolvidos nessa empreitada, mas destacamos aqui alguns em retratos, produzidos para o livro “Pataxó: uma história de resistência”, publicado em 2007 de autoria dos professores Pataxó.

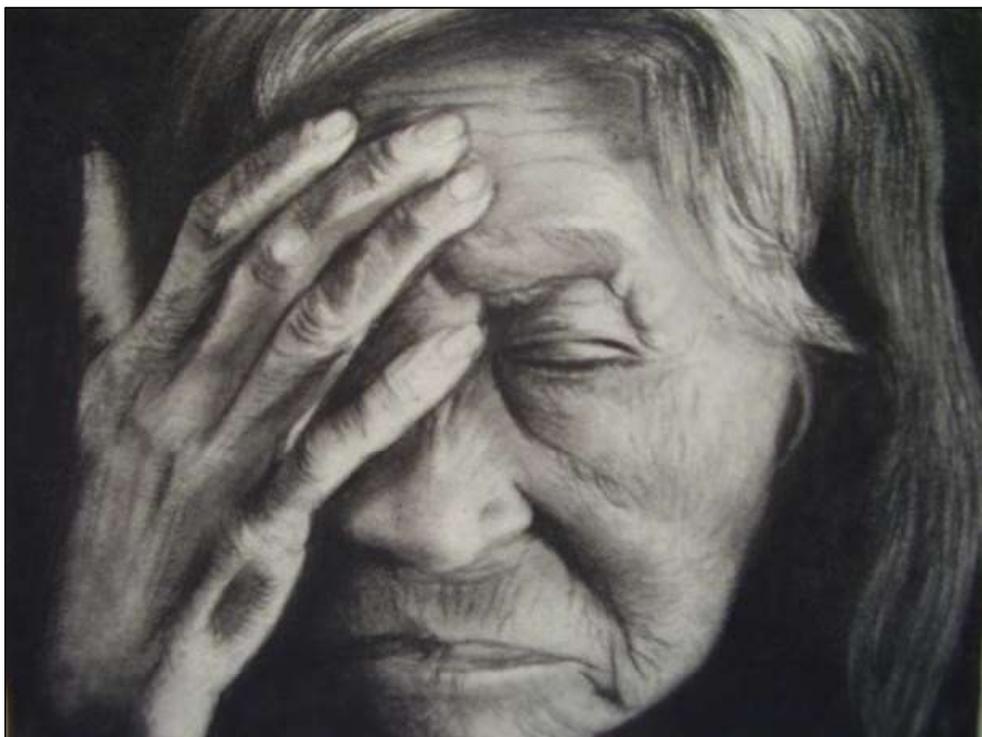
Os textos e desenhos foram feitos em oficinas realizadas no ano de 2004 em Coroa Vermelha, ano em que Arissana Pataxó prestou o vestibular e ingressou em 2005 no curso de Artes Plásticas na Universidade Federal da Bahia. Em 2006, junto com sua irmã, Anari, foram chamadas para fazer parte da equipe de organização do livro. Para tanto, visitaram a Aldeia Barra Velha fazendo leitura dos

textos aos mais velhos para conferirem o conteúdo da narrativa. Juntamente com América Lúcia César e Rosa Costa realizaram conversas e entrevistas com alguns mais velhos, que resultaram na criação dos desenhos dos retratos como uma homenagem aos que lutaram, como uma forma de tornar memorável a contribuição de cada ancião. Uma maneira também de os jovens conhecerem o seu passado.

Não se trata de uma série finalizada, mas em processo de construção. É um trabalho imagético e de memória pensado também em ser uma proposta inicial dos registros dessas memórias e dos retratos como possibilidades de compartilhamento das memórias, dos saberes, e das lutas. Enfatizamos a palavra proposta, pois é o início de um trabalho que há um tempo a artista Arissana Pataxó pretende continuar desenvolvendo: desenhar retratos dessas lutas.

Os retratos de Arissana Pataxó subvertem a linguagem colonialista dos retratos para, tal como Cusicanqui propõe, revelar uma trama subversiva de saberes e práticas, e de lutas coletivas. Ao invés de destacar o fenótipo ou adereços que marcariam a diferença indígena e a exotização, os retratos de Arissana Pataxó trazem atenção para as expressões nos olhos, as marcas nas peles, os sentimentos, a dor da violência colonial, mas a altivez de lideranças preparadas para o enfrentamento político em defesa dos direitos de existência de seu povo. As expressões de força, mas também de dor, compõe o que a artista define como a condição de existência a indígena entre a luta pela vida, o luto pela morte, o luto pela luta cotidiana, o luto da afirmação individual do verbo lutar, mas uma luta que é coletiva. Os retratos enfrentam o racismo afirmando a existência frente ao apagamento e a desumanização. Trazem a memória do passado, construindo alicerces para as futuras gerações conhecer os heróis e heroínas de um povo cuja história foi silenciada pelos colonizadores. Histórias que se entrelaçam com a história do território e da natureza, numa perspectiva de interdependência que desfaz a divisão produzida pelo binarismo eurocêntrico. Os retratos, profundamente humanos dessas pessoas, são marcas da vida no território, das vidas que se insurgem diante da separação da natureza.

Figura 1 - Dona Josefa, 2006. Releitura da fotografia de Marcelo Buainain (Carvão sobre papel)



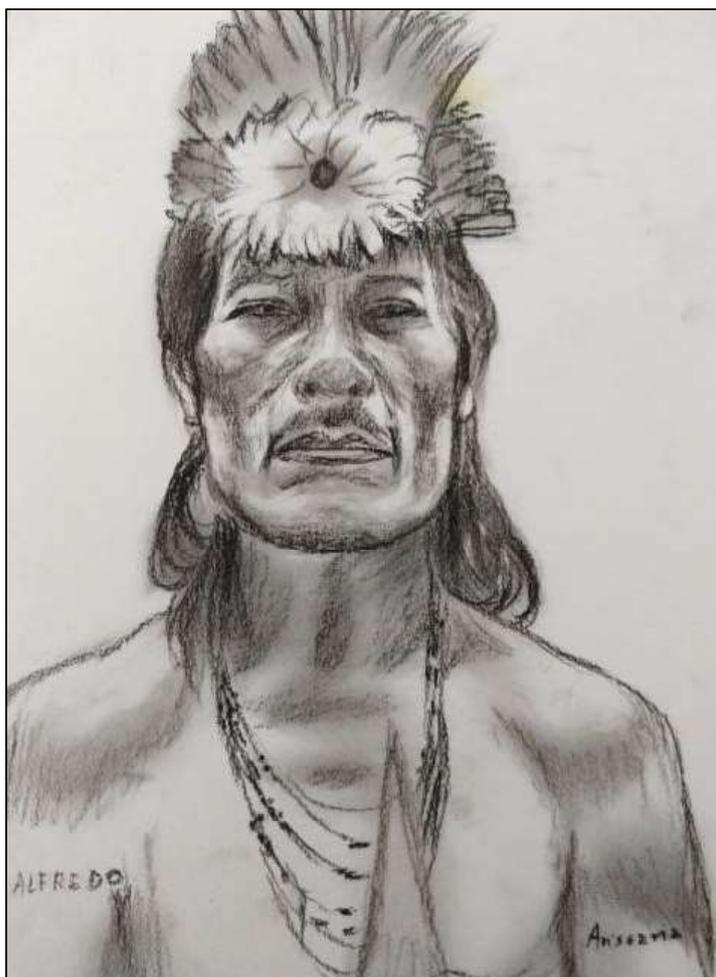
Fonte: Arissana Pataxó.

Dona Josefa é filha do antigo líder Epifânio Ferreira, um dos responsáveis pela condução do retorno do povo Pataxó ao território após o *Massacre de 51*. Esse desenho feito a carvão a partir de um registro fotográfico de Marcelo Buainain para a capa do livro: “Pataxó, uma história de resistência” tem o objetivo tornar memorável a contribuição de Dona Josefa na defesa do Território.

Na época em que Josefa Ferreira se tornou liderança, escreve a pesquisadora Pataxó Juliana Santos, os Pataxó estavam em um período de reorganização e enfrentando graves conflitos (PATAXÓ, 2017). Haviam sofrido décadas antes, o violento massacre conhecido por “Fogo de 51”, e lutavam por direitos territoriais em confronto direto com o Estado em função da implantação do Parque Nacional Histórico Monte Pascoal. Por causa do enfrentamento aos Guardas do PNMP, para poder plantar para a sobrevivência do povo e lutar para a ampliação

da terra, Josefa tornou-se um símbolo de resistência na luta pela demarcação de seu território. É considerada pelas mulheres Pataxó como exemplo de mulher guerreira, teimosa e persistente, que não desistiu da luta mesmo encontrando vários obstáculos. (PATAXÓ, 2017)

Figura 2 - Alfredo Braz, 2006 (Carvão sobre papel)



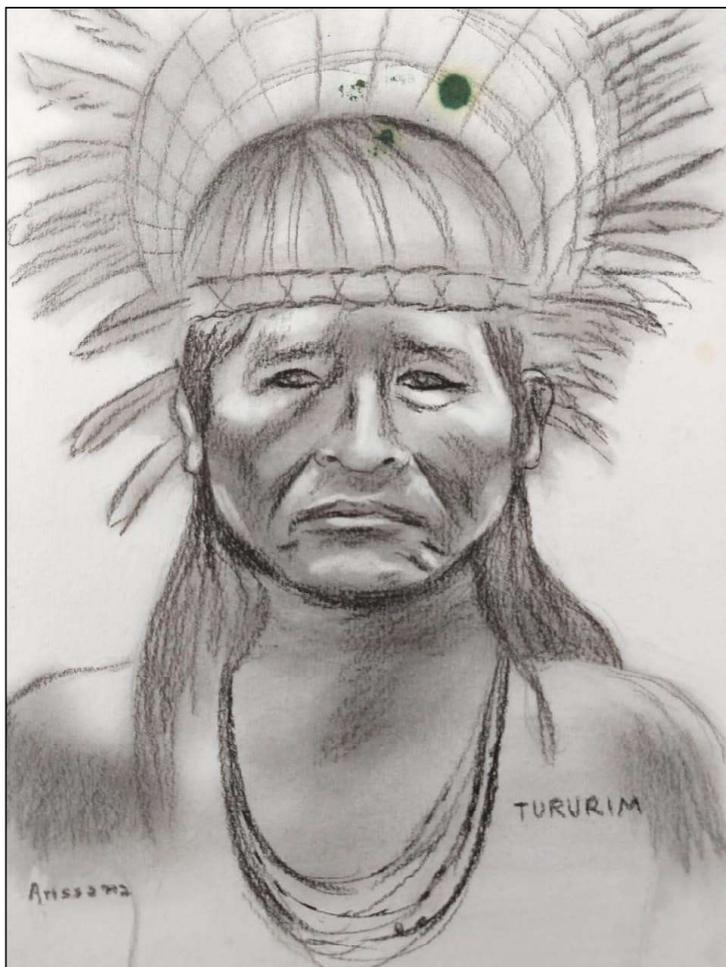
Fonte: Arissana Pataxó.

Filho de Acrísio Braz e Luzia Ferreira, Alfredo foi uma liderança que iniciou sua luta pelo direito do seu povo, acompanhando viagens a Brasília junto com outras

lideranças Pataxó. Nasceu e cresceu numa região da mata chamada de Ribeirão, um lugar que seus pais tiveram que sair após a instalação do *Parque* Nacional e Histórico do Monte Pascoal. Assim como os demais Pataxó que sobreviveram ao Fogo de 51, Alfredo tentou das mais variadas maneiras sobreviver, sempre deslocando de um lugar para outro nas cercanias de Porto Seguro e Prado, até voltar novamente para o território de Barra Velha e driblar os guardas do IBDF para sobreviver, seja fazendo roça escondido ou extraíndo piaçava escondido para trocar por farinha, época em que já havia constituído família e precisava garantir a alimentação diária. Passou junto com os outros parentes por um período muito longo de escassez de alimentos, provocado pela seca que atingiu a região, aliada com a proibição de caçar e de fazer roça em seu próprio território.

Mesmo diante de sofrimento e penúria, não saíram mais do território: permaneceram lutando dia após dia para sobreviverem. Foram anos de luta contra a fome e contra o IBDF. Na década de 1970, Alfredo, junto com seu Tururim, assume a liderança da luta tornando-se vice-cacique e, juntamente com outras lideranças, conseguem negociar com o IBDF uma área de 8.627 dentro do território Pataxó – um recorte que, naquele momento, foi possível conseguir.

Figura 3 - Tururim, 2006. (Carvão sobre papel)



Fonte: Arissana Pataxó.

Neto de Honório Borges, Tururim liderou várias expedições à Brasília em busca dos direitos do povo Pataxó juntamente com outras lideranças. Suas lutas pela garantia ao território e pela permanência da língua do povo Pataxó fizeram “seu” Tururim, uma referência para a juventude Pataxó que há mais de vinte anos vem desenvolvendo um trabalho de retomada da língua do povo, o patxôhã.

Figura 4 - Luiz Ferreira, 2006. (Carvão sobre papel)



Fonte: Arissana Pataxó.

Conhecido como Luiz Capitão assumiu a liderança da luta da comunidade Pataxó após a morte de Seu pai Epifânio Ferreira. E, como os antigos mais velhos, teve que empreender viagens a Brasília muitas vezes a pé, ou pedindo carona para não deixar seu povo na situação que estavam. Em uma entrevista realizada em 2007 na Aldeia Barra Velha seu Luiz contou que na época do Fogo de 51 tinha entre 13 e 15 anos, enfrentou e viu de perto o acontecimento. Fugiu e foi capturado em um povoado chamado Pau D'alho. Com mais dois indígenas, foram levados para

uma cadeia em Prado, onde dormiram uma noite em cima do sal. Foi solto em seguida, pois era menor de idade, enquanto os outros dois permaneceram presos.

Depois de solto, Luiz percorreu com seu pai várias regiões *praieiras* tentando sobreviver de alguma maneira, até o dia em que indagou seu pai: “*Ôh pai eu acho que a gente não pode ficar andando nessa beirada de praia. Até quando? Eu acho que nós temos direito.*”

A partir de então, seu Luiz empreende uma viagem com seu pai e seu irmão Palmiro até Brasília em busca de algum direito sobre o território. Segundo contou, nessa primeira viagem foram a pé até Teófilo Otoni, em Minas Gerais, junto com outros parentes. Viam o trem da Vale subir e descer, e eles sempre a pé. Alguns companheiros chegaram a desistir da viagem no meio do caminho.

Esse pequeno trecho da luta de Seu Luiz , nos mostra como desde cedo os jovens Pataxó, naquela época, tiveram que aprender a lutar pelos direitos.

Figura 5 - Palmiro Ferreira, 2006. (Carvão sobre papel)



Fonte: Arissana Pataxó.

Em uma entrevista gravada com seu Palmiro, em 2007, ele contou que acompanhou o capitão Honório nas primeiras viagens empreendidas ao Rio de Janeiro para lutar em favor da permanência e do direito de usufruir do território – alguns meses antes do acontecimento do Fogo de 51. Honório Borges foi quem liderou o povo Pataxó na luta pelo território desde a década de 1940, quando iniciou a proposta de instalação do parque nacional dentro da terra Pataxó. Também acompanhou Alfredo e Tururim em outras viagens a Brasília

na luta pelos direitos à terra, o que resultou na demarcação do atual território de Barra Velha.

Figura 6 - Albino Braz, 2006. (Carvão sobre papel)



Fonte: Arissana Pataxó.

Albino é filho de Acrísio Braz, vivenciou junto com seu irmão Alfredo trágicos momentos de luta pela sobrevivência, da escassez de alimentos e das dificuldades encontradas pelos seus pais. Traz as marcas desse passado sofrido em

vários depoimentos, desde o Fogo de 51, que fez sua família viver em fuga, até a implantação oficial do parque nacional, que só piorou ainda mais a situação. Com receio de nova repressão, Albino contou que sua família saiu do Ribeirão, área de mata que o parque ocupou, e foram para Barra Velha, local onde existia um maior número de casas e famílias concentradas dentro do território. Albino percebe que a luta é grande e assim como passou a sua vida toda lutando junto com seu povo, pensa que assim também será o futuro das novas gerações Pataxó: *“Aqui a gente morre, e fica aí pra vocês resolver ainda que falta.”*

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, através do trabalho artístico de Arissana Pataxó, fundamentado em sua pesquisa de memória de lideranças de seu povo, analisamos a dimensão antirracista e anticolonial da luta pelo território tradicional, o enfrentamento a ideologia conservacionista hegemônica, e a construção de memórias. O artigo discute o nexos conservação-desenvolvimento, uma contradição das formas coloniais de controle territorial discutidas amplamente na ecologia política, através do trabalho artístico como epistemologia anticolonial e antirracista.

São apresentados retratos e minibiografias de lideranças que sofreram o massacre do Fogo de 51, e souberam reorganizar o povo disperso em uma diáspora forçada, e traumatizado pelo genocídio. Os retratos subvertem a tradição colonial de figuras de homens brancos, que historicamente reforçaram a dimensão de poder do patriarcado. Nessa série, ao contrário, é a altivez das lideranças indígenas, a dor da violência, os sentimentos comuns e compartilhados entre o povo Pataxó que ganham projeção artística.

Essa luta pelo território-vida, argumentamos, é social e ao mesmo tempo ecológica, em defesa da vida social de um povo, e das condições ecológicas de vida desse povo. Sendo o enfrentamento a uma ideologia conservacionista que levou à expulsão e morte, conduzida violentamente pelo Estado, a luta junto com a Mata Atlântica tem uma dimensão de uma reconfiguração ecológica frente à ecologia conservacionista. Como um enfrentamento às dimensões do racismo ambiental propomos as ecologias antirracistas, ecologias defendidas pelas lideranças tradicionais do povo Pataxó.

AGRADECIMENTOS

Este artigo surge em parte do projeto colaborativo "Cultures of Antiracism in Latin America", financiado pelo Arts and Humanities Research Council (AHRC) do Reino Unido, através da subvenção AH/S004823/1. O projeto está sediado na Universidade de Manchester com duração de janeiro de 2020 a maio de 2023. É dirigido por Peter Wade, com os co-investigadores Lucia Sá, Ignacio Aguiló, Mara Viveros Vigoya, Ezequiel Adamovsky e Felipe Milanez; associados de pesquisa, Ana Vivaldi, Carlos Correa Angulo e Jamille Pinheiro Dias; e assistentes de pesquisa, Arissana Pataxó, Yacunã Tuxá, Pablo Cossio Vargas, Lorena Cañuqueo e Rossana Alarcón. As ideias aqui expressas foram informadas por conversas e diálogos com membros da equipe do projeto e com os artistas que colaboraram com o projeto. Uma versão inicial foi apresentada como comunicação oral no congresso da Latin American Studies Association (LASA) em 2021.

REFERÊNCIAS

BARCA, Stefania; MILANEZ, Felipe. Labouring the Commons: Amazonia's "Extractive Reserves" and the legacy of Chico Mendes. *In: RÄTHZEL, Nora; STEVIS, Dimitris; UZZELL, David (Org.). The Palgrave Handbook of Environmental Labour Studies*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021. p. 319-38.

BRASIL. *Decreto nº 4.388*, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002.

BÜSCHER, Bram; DIETZ, Ton. Conjunctions of Governance: the state and the conservation-development nexus in Southern Africa. *Journal of Transdisciplinary Environmental Studies*, Roskilde, n. 4, n. 2, p. 1–15, 2005.

CARVALHO, Maria Rosário de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 507-21, set./dez. 2009.

CARVALHO, Maria Rosário de. *Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

CUNHA, Rejane Cristine Santana. *O fogo de 51: reminiscências Pataxó*. Dissertação

(Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakaxutxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ESBELL, Jaider. A arte indígena contemporânea como armadilha para armadilhas. *Galeria Jaider Esbell* [online], 9 jul. 2020. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/07/09/a-arte-indigena-contemporanea-como-armadilha-para-armadilhas/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

GROSGOUEL, Ramón. Do "extrativismo económico" ao "extrativismo epistêmico" e "extrativismo ontológico": uma forma destrutiva de conhecer, ser e estar no mundo. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 24, p. 123-43, 2016.

KRENAK, Ailton. A potência do sujeito coletivo – Parte I. *Revista Periferias*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-dosujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 16 abril 2020.

KRENAK, Ailton; MILANEZ, Felipe. Ecologia Política. *Dicionário Alice* [online], Coimbra, 2019. Disponível em: https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24271. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MILANEZ, Felipe. Insurgent ideas from indigenous peoples in Brazil: counter-colonial epistemologies and the defense of life. In: MENTON, Mary; LE BILLON, Philippe (Org.). *Environmental Defenders: deadly struggles for life and territory*. Londres: Routledge, 2021. p. 88-94

MILANEZ, Felipe; SA, Lúcia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe; RAMOS, Elisa; JESUS, Genilson. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 2161-181, 2019.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira. *“Barra Velha, o último refúgio”*. Londrina: Cornélio Vieira de Oliveira, 1985.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Nem para os índios, nem para o Parque. *O Eco*, nov. 2005. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/16260-oeco-14535/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PATAXÓ, Juliana do Rosário Santos. Josefa Pataxó: Josefa Ferreira, resistência na luta pelo território: subsistência e cultura através da relação com a terra. *Os Brasises e Suas Memórias* [online], Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-josefa-pataxo/> Acessado em 15 de novembro de 2022.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SA, Lúcia; MILANEZ, Felipe. Pintando o racismo: arte de protesto de artistas indígenas contemporâneos. *Qorpus*, Florianópolis, v. 12, n. 4, p. 165, nov. 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, Aretuza Cruz. *O massacre de 1951 e a resistência dos Pataxó meridionais*. 2010. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Teixeira de Freitas, 2010.

SOUZA. Arissana Braz Bomfim de. "A aranha vive do que tece". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 13-29, 2013.

SOUZA. Arissana Braz Bomfim de. *Arte e identidade: adornos corporais Pataxó*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos)- Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS ORAIS REALIZADOS POR ARISSANA PATAXÓ

Albino Braz. Entrevistado em julho de 2007, na Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/Bahia. Entrevista cedida para revisão do livro "Pataxó: uma história de resistência"

Luis Ferreira-Luis Capitão. Entrevistado em julho de 2007, na Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/Bahia. Entrevista cedida para revisão do livro "Pataxó: uma história de resistência"

Palmiro Ferreira. Entrevistado em julho de 2007, na Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/Bahia. Entrevista cedida para revisão do livro "Pataxó: uma história de resistência"

Sobre os autores:

Arissana Braz Bomfim de Souza: Doutoranda em Artes Visuais (PPGAV) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha. **E-mail:** arissana_braz@yahoo.com.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9725-1919>

Felipe Milanez: Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra. Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia (UFBA). **E-mail:** felipemilanez@ufba.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4773-6691>

Recebido em: 15/11/2022

Aprovado para publicação: 22/12/2022